

Reflexões sobre comunicação para a paz a partir de uma perspectiva do Sul Global e decolonial

RAQUEL CABRAL

*Universidade Estadual Paulista
Bauru, São Paulo, Brasil*

DIUAN FELTRIN

*Universidade Estadual Paulista
Bauru, São Paulo, Brasil*

ID 2815

Recebido em
06/10/2023

Aceito em
20/11/2023

O artigo propõe vínculos epistemológicos entre a comunicação para a paz – situada no campo dos Estudos para a Paz – e o pensamento decolonial. Por meio da hermenêutica de profundidade, infere-se que tal articulação aponta direções quanto ao enfrentamento de marcas de colonialidade que persistem na sociedade latino-americana. Reflete sobre o potencial crítico da comunicação na legitimação ou ruptura de lógicas de violência, sobretudo de ordem estrutural e cultural. Na dimensão empírica, apresenta o *Guia Agenda 2030*, que propõe um objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) orientado para cultura, arte e comunicação como espaços de resistências, resiliências e transformação.

Palavras-chave: Comunicação para a Paz. Epistemologias do Sul. Pensamento decolonial. Agenda 2030.

Reflections on Peace Communication from a Global South and Decolonial Perspective

The article proposes epistemological connections between peace communication, situated in the field of *Peace Studies*, and decolonial thought. Through the methodology of depth hermeneutics, it is inferred that such articulation points towards addressing marks of coloniality that persist in Latin American society. It reflects on the critical potential of communication in legitimizing or rupturing logics of violence, particularly of a structural and cultural nature. In the empirical dimension, it presents the *2030 Agenda Guide*, which suggests a sustainable development goal (SDG) oriented towards culture, art, and communication as spaces of resistance, resilience, and transformation.

Keywords: Peace Communication. Southern epistemologies. Decolonial thought. 2030 Agenda.

Reflexiones sobre Comunicación para la Paz desde una perspectiva del Sur Global y Decolonial

El artículo propone vínculos epistemológicos entre la comunicación para la paz, ubicada en el campo de los Estudios para la Paz, y el pensamiento decolonial. A través de la metodología de la hermenéutica en profundidad, se infiere que tal articulación señala direcciones para abordar las huellas del colonialismo que persisten en la sociedad latinoamericana. Reflexiona sobre el potencial crítico de la comunicación en la legitimación o ruptura de lógicas de violencia, especialmente de naturaleza estructural y cultural. En la dimensión empírica, presenta la *Guía Agenda 2030*, que propone un objetivo de desarrollo sostenible (ODS) orientado hacia la cultura, el arte y la comunicación como espacios de resistencia, resiliencia y transformación.

Palabras clave: Comunicación para la paz. Epistemologías del Sur. Pensamiento decolonial. Agenda 2030.

Raquel **CABRAL**

Doutora em Comunicação e Mestre em Estudos Internacionais em Paz, Conflitos e Desenvolvimento pela Universitat Jaume I na Espanha. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Comunicação e Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora e pesquisadora nos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação da UNESP.

Universidade Estadual Paulista, Bauru,
São Paulo, Brasil

E-mail: raquel.cabral@unesp.br

ORCID



Diuan **FELTRIN**

Doutorando em Comunicação no Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (PPGCOM-UNESP). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Universidade Estadual Paulista, Bauru,
São Paulo, Brasil

E-mail: diuan.feltrin@unesp.br

ORCID



Introdução

A contemporaneidade é marcada por intensos traços de colonialidade, cuja prevalência impõe cições entre os diversos grupos que compõem o tecido social. Direcionando o olhar para a América Latina, notamos a predominância de aspectos de um colonialismo histórico que deixou marcas profundas, identificadas em movimentos cuja intenção é eliminar o outro por meio de critérios de raça, classe, religião, gênero, nacionalidade, entre outros (GÓES, 2021).

Importante destacar aqui a distinção entre colonialismo e colonialidade: como explica Erick Torrico Villanueva (2016), o primeiro termo se refere a um período histórico caracterizado por uma dependência política-governamental, que foi superada por diversas nações por meio de processos de independência e consolidação das repúblicas. A colonialidade, por sua vez, corresponde às condições de subalternidade provenientes das estruturas de superioridade que se manifestam em instâncias como o poder, o saber e o ser (QUIJANO, 2005).

Partimos do entendimento de que é possível estabelecer intersecções entre a perspectiva dos Estudos para a Paz (EPP) (*Peace Studies*) e a corrente teórica do pensamento decolonial, tendo em vista o objetivo em comum de enfrentamento diante de estruturas de dominação e violência. Desse modo, refletimos sobre a comunicação como potencial lugar de reprodução ou superação das marcas de colonialidade que afetam a sociedade, especialmente no Brasil e em outros países da América Latina.

A comunicação para a paz propõe direcionamentos para a ressignificação de contextos de conflitos e, principalmente, procura promover a desnaturalização da violência cultural intrincada na sociedade, que tende a legitimar a violência direta (CABRAL; SALHANI, 2017). Essa comunicação orientada para a paz encontra aplicabilidade em vários contextos teórico-práticos, desde a publicidade, o jornalismo, o cinema, entre outros.

Em especial, o denominado jornalismo para a paz (*peace journalism*) tem relevante papel neste debate, uma vez que seu itinerário visa (re)orientar coberturas jornalísticas em contextos de conflitos e violência. Embora concebida para ressignificar coberturas de guerras, a perspectiva também se aplica como lente para a leitura crítica de narrativas sobre conflitos de ordem social, pois, tal como nas guerras tradicionais, também incidem contra uma considerável parcela da sociedade, como é o caso de violências como racismo, misoginia e homofobia.

Inferimos que a vinculação entre a violência cultural (GALTUNG, 1969) e as marcas de colonialidade se explicita nos intensos compartilhamento e (re)produção de desinformação e discursos de ódio, especialmente os lançados contra grupos sociais historicamente minorizados. Diante dessa realidade, se faz necessário lançar um olhar crítico sobre o campo comunicacional e pensar a comunicação a partir de uma perspectiva Sul global, apresentando possíveis intervenções e normativas que possam orientar a produção comunicacional responsável diante dos intensos desafios impostos pelas marcas de colonialidade.

Para demonstrar a possível aplicação da comunicação em uma dimensão crítica, dialética e normativa que possa tensionar as problemáticas inerentes aos processos comunicacionais, apresentamos o estudo de caso do *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE GALVÃO, 2020), uma iniciativa da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de Brasília (UnB). Esta pesquisa tem como metodologia a hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 1995), que possibilita analisar formas simbólicas a partir de processos históricos.

Suas três etapas são: a) análise sócio-histórica; b) análise formal/discursiva; c) interpretação/reinterpretação. A primeira etapa corresponde aos marcos conceituais que embasam nossa pesquisa, isto é, a comunicação para a paz e o pensamento decolonial, com suas relações e as marcas de colonialidade enfrentadas pela comunicação na contemporaneidade. A segunda fase diz respeito à análise do *Guia Agenda 2030*, mais precisamente do ODS 19, focado na comunicação. E, posteriormente, com a interpretação, apontaremos possíveis direcionamentos para uma comunicação orientada para a paz.

Conscientes de que esta se trata de uma discussão incipiente e sujeita a tensionamentos que colaboram para ampliar seu entendimento, as reflexões teóricas desenvolvidas ao longo deste artigo apresentam possíveis relações entre duas perspectivas teóricas genuinamente transgressoras que seguem na contramão de correntes teóricas hegemônicas.

Uma mirada decolonial para a comunicação para a paz

Genuinamente multidisciplinares, os Estudos para a Paz têm como fundamento esmiuçar as estruturas subjacentes aos conflitos, e, diante da complexidade em torno do conceito de paz, seu principal objeto de estudo, o campo agrega conhecimentos de disciplinas diversas que trazem contribuições teóricas e metodológicas para seu entendimento também na relação com o fenômeno da violência. As dinâmicas comunicacionais, nesse sentido, viabilizam a leitura crítica perante conflitos e auxiliam na compreensão de como as construções narrativas podem legitimar a violência.

Adotando uma perspectiva normativa e ainda sobre as contribuições de múltiplos saberes aos EPP, Martínez Guzmán (2005) alerta para o risco de um saber ou cultura se sobrepor a outros(as), o que esvaziaria o sentido dos EPP e geraria diferenciações e hierarquizações entre as disciplinas. O pensador sugere que a interdisciplinaridade e a interculturalidade são caminhos que ajudam a promover a interpelação recíproca entre as disciplinas e as culturas, de modo a fortalecer as contribuições dos diversos saberes por meio da reciprocidade.

A investigação e os estudos para a paz têm que estar submetidos à riqueza das tensões, matizes, transformação positiva das contradições entre essas culturas e saberes plurais para reconstruir, a partir do reconhecimento e de forma dinâmica, aquelas características que se vão configurando em cada momento, como indicadores de transformação pacífica das relações humanas que produzem guerras, marginalização, miséria ou exclusão (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005, p. 44).

O autor elenca os diversos temas que compuseram o rol das investigações para a paz no decorrer da história para muito além das questões em torno das guerras tradicionais, tais como: desarmamento; as contribuições de movimentos sociais e organizações não governamentais dedicadas às ações humanitárias; o empenho dos movimentos feministas para a igualdade de gênero; direitos humanos; defesa da democracia, entre outros. Segundo o teórico, embora distintas, essas demandas têm em comum o objetivo de lutar pela superação de situações de violência manifestadas em arenas diversas e, por consequência, concentrar esforços para a construção de uma realidade de paz positiva e sustentada por ideais de justiça, equilíbrio e cooperação (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005; GALTUNG, 1969). A perspectiva teórica e metodológica dos EPP foca nessa multiplicidade de saberes que conferem significados e legitimidade ao campo no enfrentamento de estruturas de colonialidade.

O potencial crítico dos EPP está centrado em análises em torno do conceito de paz a partir das violências que perpassam a sociedade. Assim sendo, toma como uma de suas referências as tipologias de violências de Galtung (1969), sendo elas violência direta, violência estrutural/sistêmica e violência cultural. Para o pesquisador, o conceito desta tipologia de violência é o que apresenta maior complexidade, haja vista que resulta de processos longos de formação sociocultural. Está presente, por exemplo, em discursos e ideias naturalizadas na coletividade, intrincadas no sistema de crenças e comportamentos sociais. Uma sociedade racista, misógina e homofóbica, por exemplo, tem como pano de fundo a naturalização da violência cultural. Desconstruí-la, desse modo, pressupõe esforços em diversas esferas, e, nesse sentido, pensar a comunicação no contexto da resignificação dessas narrativas que consolidam exclusões é um desafio que, simultaneamente, amplia o entendimento de como operam as lógicas da violência, como será discutido posteriormente. De acordo com Galtung (1969), a violência cultural e a violência estrutural podem legitimar a prática da violência direta.

Compreendemos que a comunicação possui papel estratégico na construção de uma sociedade que enfrenta as lógicas de violência, pois os direcionamentos assumidos na elaboração de narrativas podem reorientar a percepção social acerca de um determinado acontecimento. Nesse sentido, cabe apresentar reflexões que auxiliem no entendimento sobre como as narrativas comunicacionais, especialmente no jornalismo, podem contribuir para ressignificar a percepção social com vistas a uma realidade de enfrentamento e desnaturalização de lógicas de violência. Consideramos que a ênfase que os meios de comunicação garantem às narrativas de violência interferem na percepção social sobre a realidade, como argumenta Arévalo Salinas (2014).

O teórico critica o uso estratégico da violência por parte da mídia como forma de reforçar o controle social exercido por grupos de poder, cerceando toda e qualquer possibilidade de ação coletiva orientada para a mudança social e o bem comum. Segundo o autor, “a menor sensibilidade à dor e ao sofrimento dos outros favorece o individualismo e a indiferença. Perceber o mundo negativamente gera pessimismo, desconfiança e medo, o que restringe a participação no espaço coletivo” (ARÉVALO SALINAS, 2014, p. 58, tradução nossa).¹

Nessa direção, Ferreira (2022)² corrobora ao colocar em pauta como a própria mídia reproduz a violência e legitima determinados discursos pessimistas que influenciam a opinião pública. Isso demanda algumas ações em comunicação e políticas públicas voltadas para equilibrar o domínio de grupos empresariais que exploram o uso de narrativas policiais para atrair audiência.

Arévalo Salinas (2014) também aponta algumas ações quanto à aplicabilidade da comunicação para a paz, que deve: a) compreender e refletir sobre os problemas de âmbito estrutural; b) motivar o debate sobre alternativas de mudança social; c) considerar a diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; d) fomentar a cidadania ativa e indignada em contextos de injustiças. Desse modo, a prática comunicacional orientada para a paz está intrinsecamente relacionada às iniciativas que visam a mudança social, em um movimento que Nos Aldás (2019, p. 9, tradução nossa) denomina como “comunicação transgressora para mudança social”.³ A pesquisadora aponta que esse modelo comunicacional atravessa e tensiona diferentes áreas de exclusão, tais como diversidades de gênero e sexual, diferenças econômicas, nacionalidade, entre outros marcadores.

A comunicação transgressora, explica a autora, é concebida como aquela cujas práticas visam sensibilizar a sociedade com responsabilidade comunicativa, na medida em que denuncia estruturas de opressão e apresenta propostas de mudanças com estímulo às ações transformadoras de mobilização. Influenciada pela concepção de educação transgressora de bell hooks, Nos Aldás argumenta que essa comunicação igualmente transgressora promove espaços de inclusão ao passo que se contrapõe ao reforço de estereótipos que subjugam determinados grupos.

A comunicação transgressora é um espaço de mediação que fomenta a coexistência cooperativa entre as pessoas, capacitando-as para denunciar injustiças e compartilhar propostas de mobilização. Trata-se, portanto, “de uma comunicação não violenta com enfoque político coletivo que viabilize a tomada de decisões e a ação conjunta por intermédio de diversas estratégias de comunicação, rechaçando qualquer tipo

1 No original: “La menor sensibilidad al dolor y al sufrimiento de los otros favorece el individualismo y la indiferencia. Por su parte, la percepción del mundo de manera negativa (un entorno peligroso y miserable) genera pesimismo, desconfianza y miedo que restringe la participación en el espacio colectivo”.

2 Com o objetivo de analisar como a violência na mídia impacta a sociedade, a iniciativa Paz na Mídia, coordenada por Roger Ferreira, analisou mais de 200 matérias veiculadas pelos quatro principais telejornais brasileiros (Jornal Nacional, Jornal do SBT, Jornal da Band e Jornal da Record) entre novembro de 2013 e março de 2022. Segundo a pesquisa, 54% do tempo foi dedicado a assuntos negativos, de modo que a violência foi mostrada em 17% do tempo. Por outro lado, assuntos positivos ocuparam 18% do tempo. Assuntos negativos e violentos ocuparam 71% do tempo dos telejornais analisados (FERREIRA, 2022).

3 No original: “comunicación transgresora de cambio social”.

de violência” (NOS ALDÁS, 2019, p. 10, tradução nossa).⁴ A perspectiva do jornalismo para a paz se constitui como uma dessas estratégias, como será discutido adiante.

Compreendemos, portanto, que a comunicação para a paz está intrinsecamente relacionada às possibilidades de impacto, ação e transformação de realidades, pois aponta caminhos para que se estabeleça a transição de uma cultura de violência para uma mobilização social a favor da identificação e da denúncia de estruturas de violência, que são as bases para a resignificação desses cenários. Desse modo, é possível estabelecer vínculos teóricos com a perspectiva da comunicação decolonial, pois o objetivo é apresentar novas possibilidades ao campo dos EPP, sobretudo de um ponto de vista Sul global e decolonial.

De fato, cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de Sul global e sobre a perspectiva decolonial, sendo esta última discutida mais adiante. Embora partindo do pressuposto de que o referencial em torno dos estudos sobre o que se denominou as epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009) trate sobre a denúncia de como a institucionalização da modernidade promoveu uma diferenciação abissal entre o conhecimento concebido como legítimo e aqueles que são diferentes do espectro europeu – e, portanto, desprezados –, sua concepção está suscetível ao entendimento de que trata-se de uma construção narrativa em que fatores históricos, culturais, políticos e ideológicos são amplamente tensionados. À medida que avançamos na compreensão da relevância em torno do conceito de narrativa, torna-se cada vez mais evidente a relação entre cultura, imperialismo e o poder de narrar histórias, tanto a partir de uma perspectiva hegemônica como de uma perspectiva dissidente, tal como aponta Said (2005).

O autor entende que a narrativa é um elemento central para a compreensão dos estudos sobre cultura e imperialismo, pois as histórias conformam imaginários sociais colonizadores de lugares, regiões, povos e culturas, como também “são utilizadas pelos próprios povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria” (SAID, 2005, p. 13). Portanto, tanto o “poder de narrar quanto o de bloquear ou de impedir a formação de novas narrativas são relevantes para o estudo da cultura e do imperialismo” (LIMA, 2021, p. 83).

Ainda nessa linha de raciocínio, Said (2005, p. 38) vai dizer que depois de 1945, com o desmantelamento das estruturas coloniais, a “Era do Imperialismo” chega ao fim. Porém, a luta pela geografia não se “restringe a soldados e canhões”, mas engloba também “ideias, formas, imagens e representações e continua a exercer uma influência considerável no presente”, como interpreta Lima (2021, p. 90). Para Said (2005), vivemos num mundo para além do mercado, mas de representações, e, portanto, a cultura está diretamente ligada ao contexto político, o que nos leva a uma leitura crítica em torno das narrativas que nos cercam e que representam lógicas colonizadoras de um imperialismo que persiste por meio de outras formas de operacionalização. Citando Said (2005), Lima (2021, p. 90-91) explica:

A definição de Imperialismo dada por Said é aquela que designa “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o ‘colonialismo’, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes”. Nenhum deles é simples ato de acumulação e aquisição: “ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação [...]” (SAID, 2005, p. 40).

A partir dessas reflexões, torna-se fundamental problematizar o ato de narrar, que é um elemento central na comunicação, especialmente no jornalismo. A construção de narrativas que contam histórias sobre pessoas, povos, lugares, acontecimentos históricos, entre outros implica igualmente no reconhecimento de que essas histórias importam (ADICHIE, 2009) e de que a apropriação do ato de narrar é um elemento

⁴ No original: “[...] una comunicación no violenta con un enfoque político colectivo que permita tomar decisiones y actuar conjuntamente con la fuerza de las numerosas herramientas de la comunicación rechazando siempre cualquier tipo de violencia”.

constitutivo das diversas culturas e, portanto, fator central para o enfrentamento de diversas lógicas de violência e colonialidade, tal como propõe a comunicação no contexto dos Estudos para a Paz (EPP).

Comunicação e jornalismo para a paz: narrativas que desafiam lógicas de violência

Uma efetiva aplicabilidade da comunicação para a paz e para a mudança social se aplica no jornalismo para a paz (*peace journalism*), que apresenta novos significados para as lógicas e os esquemas de construção noticiosa. Como afirmam Ruiz e Hernández Sánchez (2012), a interdisciplinaridade é também uma das premissas desse modelo jornalístico, o que possibilita pensá-lo a partir de diferentes pontos de vista. Conforme as autoras refletem, pensar a abordagem neste âmbito pode seguir caminhos diversos, mas complementares: “[...] por um lado, o desenvolvimento teórico do jornalismo para a paz; por outro, sua vertente empírica, a sistematização de uma metodologia adequada para avaliar o estado atual da cobertura de conflitos” (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 180, tradução nossa).⁵ Trata-se de uma orientação jornalística crítica, pois é fundamental que o jornalismo se posicione contra os abusos sociais cometidos em diferentes âmbitos (ARÉVALO SALINAS; FARNÉ, 2016).

É importante estabelecer alguns marcos conceituais para reforçar as reflexões sobre o argumento de que o jornalismo para a paz promove uma reconfiguração de narrativas jornalísticas de modo a oferecer direcionamentos para coberturas acerca de conflitos e violências de ordem social. Compreendemos que a narrativa jornalística influencia a maneira como a sociedade avalia e julga as vidas e suas condições de existência. De fato, o enquadramento assumido pelos meios de comunicação pode reforçar algumas violências, principalmente de ordem cultural, impregnadas e naturalizadas na sociedade, além de contribuir para o negligenciamento ou o apagamento de grupos dissidentes como forma de assegurar o *status quo* de grupos dominantes, que ocupam posições de poder.

Potencialmente produtora de sentidos, a narrativa jornalística direciona quais vidas são legitimadas e quais são preteridas nos processos comunicacionais a partir de enfoques e enquadramentos que garantam visibilidade ou reforcem apagamentos. Nesse ponto, é válido refletir sobre a ordem social predominante e seu sistema normativo, que se utiliza da estrutura de biopolítica moderna para garantir a manutenção de mecanismos de controle que geram uma distribuição desigual de afetos e impõem desníveis nos enquadramentos de violência em corpos considerados precários (BUTLER, 2003; BARROS; NÓBREGA, 2023). Nesse contexto, existe uma tendência, sobretudo por parte da mídia hegemônica, a negligenciar determinados grupos. Como provoca a filósofa Judith Butler (2015), quais vidas são passíveis de luto? Ao analisar enquadramentos jornalísticos, a autora busca entender como, para alguns corpos, é reservada uma violência justificada (BUTLER, 2003; 2015).

Violências e negligências de diversas ordens afetam os “corpos precários”. Para Butler (2015), a precariedade é uma condição genuína do sujeito justamente por estar sempre em interdependência com outros por meio de regulações e estratégias de poder observadas na superestrutura social, com suas normas e instituições políticas, sociais e econômicas. As regulações de poder são formadas para maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros (BUTLER, 2015).

Como argumentam Barros e Nóbrega (2023) à luz das conceituações de Butler (2015), nem todos os sujeitos são reconhecidos pelos enquadramentos normativos que moldam os indivíduos e os confere reconhecimento enquanto sujeitos. Destarte, esses mecanismos produzem formas diferenciais de apreensão

⁵ No original: “Por un lado, el desarrollo teórico del periodismo de paz; por otro, en su vertiente empírica, la sistematización de una metodología adecuada para evaluar el estado actual de la cobertura de conflictos”.

dos corpos, de modo que há vidas que não são reconhecidas como vidas (BUTLER, 2015; BARROS; NÓBREGA, 2023). No entrelaçamento entre enquadramentos jornalísticos e quadros compartilhados de sentido, lógicas de violência são estabelecidas, legitimadas e, conseqüentemente, propagadas.

Nessa mesma direção, Patricia Hill Collins (2019) denomina como “imagens de controle” a tendência dos grupos dominantes a rotular pessoas pretas ou racializadas. Essas imagens perpetuam violências culturais enraizadas em um discurso de poder historicamente constituído, que tem como objetivo único manter estruturas de dominação. Ademais, estando naturalizadas, tais imagens se apresentam como definidoras de grupos sociais, ainda que nem sempre expressem a realidade (COLLINS, 2019; MACHADO; COELHO, 2022).

Para além das pessoas pretas, entendemos que essas “imagens de controle” também rotulam outros grupos que divergem dos dominantes. Diante dessas perspectivas, consideramos a narrativa jornalística como um espaço atravessado por tensões no qual operam disputas por reconhecimento e legitimidade. A perspectiva epistemológica do jornalismo para a paz, neste sentido, subverte as imagens de controle habitualmente reiteradas pelo jornalismo *mainstream*, que aprofunda a depreciação contra grupos dissidentes.

O modelo epistemológico do jornalismo para a paz reconfigura as narrativas jornalísticas ao propor tensionamentos diante das violências marcadamente presentes nos discursos sociais. Galtung (2006) sintetiza os principais pontos divergentes e os contrapontos entre o jornalismo para a paz e o denominado jornalismo de guerra – para fins conceituais, denominaremos este último como Jornalismo de violência. As diferenciações entre as abordagens não são propostas de forma maniqueísta ou superficial; pelo contrário, têm finalidade didática, pois ampliam possibilidades de investigação e leitura crítica voltadas à verificação das abordagens noticiosas em diferentes níveis, de um extremo ao outro.

Conforme o modelo de Galtung (2006), o jornalismo para a paz concede espaço e voz a todos os atores envolvidos no conflito, o que viabiliza o diálogo a partir da contradição. Já o jornalismo de violência é orientado para o conflito, impondo a cisão de “nós” (grupos legitimados) versus “eles” (grupos abastados e dissidentes). A orientação jornalística para a paz, segundo o autor, é voltada para a solução do conflito. De forma pedagógica, as narrativas dessa perspectiva problematizam as lógicas de violência e oferecem ao público possibilidades de visão crítica acerca de suas próprias condições.

O jornalismo de violência, por sua vez, foca exclusivamente na vitória, isto é, incide sobre o reconhecimento de que em qualquer contexto violento haverá embates, com vencedores e perdedores. Nessa lógica, não existe espaço para reflexões ou diálogo, pois o que importa é o confronto em si, cujo resultado é a vitória sobre o “inimigo”. Por outro lado, Galtung (2006) também sugere que no jornalismo para a paz a orientação das narrativas se volte para as pessoas, com a valorização da diversidade e das múltiplas vozes. Já no jornalismo de violência, o enfoque narrativo se concentra nas “elites”, isto é, nos grupos representantes do *status quo* dominante.

Esses apontamentos propostos por Galtung (2006) ajudam a entender de que modo o jornalismo para a paz atua na ressignificação e na reorientação de narrativas de violência e, com isso, oferece condições para que todas as vidas sejam reconhecidas, resgatando o argumento de Butler (2015). Esse modelo epistemológico se constitui como um quadro de referência para repensar a construção de narrativas jornalísticas que podem se constituir como espaços de encontro com a alteridade por meio da escuta de múltiplas vozes e da transgressão de narrativas advindas de um sistema historicamente marcado por lógicas de colonialidade e opressão.

Como aponta Giró (2022), o conflito é a matéria-prima do jornalismo, o que afeta diretamente a sociedade. O autor afirma que muitos desses conflitos ocorrem devido aos desníveis sociais, para cuja manutenção uma parte é sempre explorada, oprimida e marginalizada. Para o autor, a prática jornalística possui a obrigação moral de direcionar esforços para a ressignificação de realidades violentas. Nesse sentido, sugere que oferecer espaços de discussão sobre os problemas que afetam o coletivo pode ser uma alternativa para que não haja uma escalada da violência (GIRÓ, 2022).

Nessa linha de reflexão, Marie-José Mondzain (2009) denuncia como determinadas narrativas podem “matar” o indivíduo na medida em que impactam e paralisam qualquer possibilidade de reconhecimento e mobilização em prol dessa vida. A autora aponta para a necessidade de uma narrativa hospitaleira na qual se estabeleça um espaço entre espectador e alteridade por meio de uma imagem, um relato, entre outros. Essa “zona de hospitalidade” abriga um espaço da experiência da aproximação, que permite descobertas que vão além da superficialidade dos estereótipos. Essa mesma concepção encontra diálogo com o pensamento de Chimamanda Adichie (2009), para quem as histórias únicas, ou seja, a restrição no acesso à diversidade de narrativas sobre pessoas, povos, lugares, culturas, entre outros devem ser superadas à medida que se encontra nessa pluralidade de relatos novas descobertas que aproximam os sujeitos da alteridade.

O viés contestatório da abordagem comunicacional e jornalística direcionada para a paz possibilita formulações de vínculos teóricos com outra perspectiva que busca o desprendimento de estruturas de dominação: o pensamento decolonial. É nesse sentido que esta pesquisa busca tensionar o jornalismo para a paz numa perspectiva decolonial, assumindo a necessidade de que se descolonize esse fazer jornalístico – que, no caso da realidade dos povos do Sul global, deve passar pelo questionamento constante das lógicas hegemônicas que condicionam as abordagens comunicacionais.

Pensamento decolonial e comunicação

As práticas epistemológicas decoloniais reconhecem e validam os conhecimentos elaborados em países asiáticos, africanos e latino-americanos e oferecem visibilidade sem a necessidade de intervenções colonizadoras, isto é, para além da branquitude eurocêntrica e estadunidense (AMARAL, 2021). Na América Latina, o grupo de pesquisadores integrantes do coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final da década de 1990, promoveu movimentações epistemológicas para renovar o conhecimento produzido na região, com a proposta de um “giro decolonial” que impulsionou a renovação crítica e utópica das ciências sociais latino-americanas (AMARAL, 2021; BALLESTRIN, 2013).

As proposições do grupo M/C partem da ideia de que, com o fim dos sistemas coloniais, a América Latina seria constituída por sociedades vistas como descolonizadas, contudo o processo de descolonização não trouxe ressignificações no que se refere às estruturas das relações centro-periferia em escala mundial. Essa reflexão fez com que a noção de modernidade passasse a ser considerada como um momento histórico que possui a Europa como referente civilizatório (DIAS, 2021; CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Segundo Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 13), o conceito decolonialidade desconstrói o entendimento de que, com o fim das administrações coloniais e a formação de Estados-nação, as regiões periféricas vivem em um mundo descolonizado. Na realidade, os autores sugerem que houve o enrijecimento de outras formas de colonialidade que colocam as periferias em uma posição subalterna, sobretudo no que tange à esfera da produção de conhecimento.

Castro-Gómez (2005) explica que, no decorrer da história, as ciências humanas e sociais acompanharam as dinâmicas da modernidade, e afirma que as teorias que compõem esses campos foram elaboradas com base em uma imagem triunfalista de progresso estrategicamente elaborada para fortalecer o controle geopolítico do saber/poder – e, conseqüentemente, promovendo o silenciamento de vozes por meio da dominação epistemológica (CASTRO-GÓMEZ, 2005; AMARAL, 2021). De acordo com o autor, os métodos de produção de conhecimento da modernidade no século XX culminaram em um marco de pensamento que ele denomina como *hybris del punto cero* (“arrogância do ponto zero”).

Amaral (2021) interpreta esse conceito e afirma que a ideia de Castro-Gómez é perceber que os pensadores modernos do século XVI se colocaram em uma posição pareada à supremacia de Deus e, portanto, estariam autorizados a elaborar e a disseminar saberes para o mundo. O “ponto zero” corresponderia ao

marco para indicar que pensamentos elaborados em contextos considerados dissidentes e alheios à condição moderna não passariam de doxa, isto é, de algo sem relevância epistêmica. O conceito grego de *hybris* corresponde à noção de uma altivez que promove violências (AMARAL, 2021). Nesse sentido, o movimento de “anular a doxa” pode ser uma manifestação de violência contra grupos e sujeitos, o que na visão de Amaral (2021) cerceia a participação e deteriora o espaço público.

O movimento M/C entende que a ruptura dos sistemas coloniais não extingue as opressões presentes na sociedade, sendo que marcas como etnia e raça ainda são categorias segregadoras que culminam em outras formas de colonialidade em dimensões como o poder, o saber e o ser (DIAS, 2020). A colonialidade, desse modo, é marca constitutiva da modernidade, de modo que não é possível pensar a modernidade sem considerar a sua “cara oculta”, isto é, a colonialidade (MIGNOLO, 2009; BALLESTRIN, 2013; DIAS, 2020). A crítica decolonial não se restringe a contestar modelos e teorias, mas sim pretende estimular reflexões sobre a concepção moderna de conhecimento e a violência gerada pelo silenciamento e a invisibilização de saberes dissidentes (DIAS, 2021).

Santos (2022) traz para a discussão o conceito de epistemologias do Sul. O autor argumenta sobre a urgência de se superar o chamado império cognitivo e pensar em alternativas capazes de garantir legitimidade às lutas empreendidas contra as diversas formas de opressão. Por isso, sugere o exercício de questionar os alicerces epistemológicos do pensamento eurocêntrico – denominados por ele como epistemologias do Norte – que, de certa forma, moldaram os saberes construídos no mundo todo. As epistemologias do Sul contestam essa supremacia intelectual e reconhecem os conhecimentos elaborados por grupos sociais oprimidos e vítimas de violências impulsionadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, concebidas como lógicas hegemônicas.

Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão (SANTOS, 2022, p. 18).

Ainda que reconhecendo os tensionamentos entre as três perspectivas, os vínculos entre o pensamento decolonial, as epistemologias do Sul Global e a comunicação para a paz se dão precisamente nessa lógica de resistência perante sistemas de opressão. Concentrando nossos olhares nos processos comunicacionais, percebemos que as construções narrativas podem legitimar ou contribuir com a desconstrução dessas lógicas opressoras. Contudo, é fundamental compreendê-los a partir de nossas realidades.

No que concerne ao campo da comunicação em uma perspectiva decolonial, observa-se a prevalência de marcos conceituais elaborados nos contextos europeu e estadunidense, sobretudo nas teorias clássicas, essencialmente instrumentalistas e difusionistas – isto é, que não levam em conta os efeitos que ocorrem no entorno dos processos de transmissão e assimilação de mensagens. Amaral (2021) pontua que refletir sobre os aspectos da decolonialidade no campo da comunicação pressupõe uma reconfiguração de outras propostas epistemológicas para o campo, com o desprendimento de teorias europeias e estadunidenses.

Assim, os processos comunicacionais articulados na América Latina, analisados sob a luz de uma perspectiva decolonial, podem apresentar respostas quanto à valorização da diversidade cultural de suas sociedades, em sintonia com os saberes construídos nessas regiões. “Ao compasso da proposta libertária, pensadores latino-americanos da comunicação contemplaram a necessidade e importância de promover grupos periféricos para fomentar relações horizontais de sociabilidades e comunicação” (AMARAL, 2021, p. 479).

O boliviano Torrico Villanueva (2016; 2022) é um dos principais pensadores que estabelecem intersecções entre a comunicação e o pensamento decolonial, mas reconhece que essa vinculação está em processo de construção e que ainda são poucos e parciais os esforços empregados nesse sentido. O autor tece críticas ao paradigma dominante no campo das teorias de comunicação e recorre aos estudos de Luis

Ramiro Beltrán, que identificou a persistência de um modelo comunicacional rígido composto por sete elementos unilaterais – fonte, codificador, mensagem, canal, decodificador, receptor e efeito –, cujo propósito seria a persuasão. Como argumenta Torrico Villanueva (2019), esse esquema se impôs ao campo e determinou a natureza dos estudos na área, principalmente na América Latina, quando aplicado em processos de grande alcance, como na informação jornalística, na publicidade, no entretenimento, no ciberespaço, entre outros. E o autor complementa:

Nesse sentido, sem ser formalmente reconhecido com esse teor, tal modelo é adotado na prática profissional, de pesquisa e de ensino como se fosse um padrão canônico. A concepção presente nele considera a comunicação como um instrumento através do qual um emissor ativo pode atingir seus objetivos de controle – e, portanto, de poder – sobre um, vários ou muitos receptores passivos ou meramente reativos, utilizando para isso, quase sempre, meios tecnológicos que canalizam e distribuem as mensagens. Esse interesse, traduzido nos principais modelos teóricos em uso, preferencialmente apoia a unilateralidade dos fluxos, ou seja, prioriza o ato performativo de transmissão mais do que as trocas equitativas efetivas e a controversa construção de sentidos (TORRICO VILLANUEVA, 2019, p. 94).

A crítica à perspectiva dominante no campo da comunicação sustentada por Torrico Villanueva (2016; 2019; 2022) se refere a seu caráter difusionista, em razão do qual não existe espaço para a compreensão dos processos que ocorrem no entorno da comunicação, principalmente no que diz respeito aos impactos da cultura nesse processo. Como sugere o autor, o espaço teórico comunicacional é atravessado pelo centrismo ocidental, de modo que sua crítica se refere justamente a esse campo de estudos inscrito “no âmbito de interesses, sujeitos e procedimentos da ciência do Ocidente, apresentada como se fosse a única construção conceitual possuidora de bom senso e plausibilidade” (TORRICO VILLANUEVA, 2019, p. 95). A institucionalização do campo comunicacional na América Latina, por sua vez, é essencialmente condicionada por situações políticas e sociais, adverte Dias (2021), de modo que a subversão é uma das marcas do pensamento comunicacional latino-americano (TORRICO VILLANUEVA, 2019).

Na mesma linha de raciocínio, Omar Rincón (2018, p. 66) afirma que a comunicação no contexto latino-americano é pensada de “um modo que parte das pessoas e menos dos meios; mais das identidades, menos da indústria”. Indo ao encontro desses argumentos, Amaral (2021, p. 484) afirma que o pensamento decolonial se inicia como força epistemológica e potente ação política para contemplar grupos silenciados por estruturas hegemônicas de poder. Segundo o autor, descolonizar a comunicação demanda o desenvolvimento de linhas de pensamento crítico capazes de promover a descentralização do conhecimento.

Para além desse midiacentrismo, o ponto comum do pensamento crítico latino-americano no campo da comunicação é o compromisso com as transformações sociais e políticas, e a “desconstrução de aparatos teóricos externos, mas também da solidariedade e interconexão entre pesquisadores e instituições em nível continental” (DIAS, 2021, p. 53). Rincón (2018) sintetiza a comunicação empreendida na América Latina, reforçando seu desprendimento de teorias instrumentalistas, o que confere ao campo um aspecto genuinamente decolonial.

Na América Latina, a comunicação sempre foi outra coisa: um assunto não somente de meios ou tecnologias, mas de processos, práticas e experiências de cultura; mais do que jornalismo ou meios de comunicação. Em tempos de ditaduras e autoritarismos, a comunicação recorreu às heranças da sociologia, da política, da literatura, da arte, da antropologia; também, do diverso, do inquieto, do dissidente, do popular; porém, sobretudo quando era quase impossível ser livre na América Latina, a comunicação foi imaginada a partir de baixo, com as pessoas e pela libertação (RINCÓN, 2018, p. 66-67).

As reflexões aqui apresentadas despertam indagações quanto à aplicabilidade da comunicação para a emancipação das pessoas perante situações de conflitos sociais, especialmente os de ordem estrutural. Os conceitos mobilizados no campo da comunicação para a paz apresentam possíveis diretrizes para se pensar

sobre os efeitos dos processos comunicacionais na consolidação ou na ruptura de lógicas oriundas de um pensamento colonial. Partindo de uma perspectiva decolonial, há de se considerar o potencial educativo e libertador da prática comunicacional, que pode ser assumida como uma estratégia de emancipação social na medida em que oferece meios para a descolonização do pensamento. Nessa direção, inferimos que a narrativa de uma agenda global de desenvolvimento, no caso a Agenda 2030, pode oferecer elementos para repensar as condutas dominantes que prevalecem no terreno comunicacional, ainda concentrado nas lógicas hegemônicas de produção que podem reproduzir violências e reforçar relações coloniais.

Comunicação para a paz e Agenda 2030

Como objeto empírico, apresentamos a análise do *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE GALVÃO, 2020). Elaborado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores de duas universidades públicas brasileiras – a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Brasília (UnB) –, o material articula uma leitura crítica da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de um olhar centrado na educação, na ciência e no diálogo com as comunidades. O guia destaca experiências efetivas que articulam ensino, pesquisa e extensão alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (FELTRIN *et al.*, 2021). O objetivo do *Guia Agenda 2030* é promover a leitura dos ODS a partir das realidades locais, e para além dos 17 objetivos oficiais propõe o exercício de reimaginar a Agenda 2030, e avança numa discussão sobre a territorialização dessa agenda a partir da realidade brasileira. Esse movimento resultou na inclusão de três novos objetivos: o ODS 18, igualdade racial; o ODS 19, arte, cultura e comunicação; e o ODS 20, direitos dos povos originários e comunidades tradicionais – conforme Figura 1, a seguir.



Figura 1: Proposta de três novos ODS a partir do *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade*

Fonte: Feltrin *et al.* (2021) e Cabral e Gehre (2020) com design de Lucas Melara.

Cabral e Gehre Galvão (2022) argumentam que imaginar novos ODS faz sentido diante de um contexto em que uma suposta cultura global acaba sendo imposta a todo o planeta, desconsiderando as identidades locais. Trata-se, assim, de um movimento decolonial que se apropria da narrativa da Agenda 2030 e traz para o debate pautas das realidades locais. Ainda segundo os autores, diversos agentes governamentais e não governamentais ao redor do mundo têm trazido novas ideias sobre a Agenda 2030 e promovendo o desprendimento de uma ciência historicamente marcada pelo império cognitivo do Norte global (SANTOS, 2022). Na visão dos autores, isso “abre espaço para a sociedade civil atuar na implementação dos ODS a partir de uma perspectiva cultural diferente” (CABRAL; GEHRE GALVÃO, 2022, p. 47, tradução nossa⁶).

⁶ No original: “[...] making room for civil society to act in the implementation of the SDGs from a different cultural standpoint”.

Focando na comunicação, como exposto anteriormente, entendemos que os direcionamentos assumidos pela mídia contribuem sobremaneira para o fortalecimento de determinadas narrativas, principalmente se levarmos em conta uma realidade permeada por tensões e disputas narrativas.

A comunicação se torna um vetor transformador capaz de gerar modificações estruturais na base cultural de uma sociedade. Essa ideia se fundamenta na compreensão de que qualquer mudança nos paradigmas sociais, econômicos ou políticos requer uma alteração na visão da realidade. Os ODS são, de fato, esse paradigma emergente que advoga por uma mudança na cultura, possibilitando transformações através de novos imaginários da sociedade (CABRAL; GEHRE GALVÃO, 2022, p. 50, tradução nossa).⁷

Já no campo das artes e da cultura, a representação da realidade por meio de linguagens expressivas diversas podem oferecer elementos para uma leitura crítica em contextos opressores. Segundo Cabral e Gehre Galvão (2022, p. 49), arte e educação para o desenvolvimento se conectam na medida em que criam condições para que os indivíduos acessem diferentes tipos de emoções e afetos, o que influencia diretamente no modo como percebem o mundo, colaborando para lançar luzes sobre outras perspectivas de compreensão da Agenda 2030.

Considerações finais

Partindo das reflexões teóricas aqui apresentadas, mediante a análise do caso sobre a produção do *Guia Agenda 2030* e amparados pelo olhar analítico proporcionado pela hermenêutica de profundidade, podemos compreender a natureza decolonial que implicou o processo de leitura crítica e de territorialização dos ODS da Agenda 2030 da ONU sobre as realidades do Sul global. Uma proposta de comunicação em articulação com a educação em torno do material desenvolvido, visando a desnaturalização de narrativas colonizadoras, revela a natureza decolonial desse processo comunicacional, alterando lógicas narrativas hegemônicas ao descentralizar a produção de conhecimento a partir dos territórios locais do Sul global.

Pautas que são muito caras à nossa realidade social não podem ser invisibilizadas numa agenda de governança global que visa o desenvolvimento sustentável aplicado às sociedades humanas e ecossistemas planetários. Começando pela legitimidade das lutas do movimento negro na busca pela igualdade racial, passando pelo debate em torno dos direitos dos povos originários e de comunidades tradicionais até a pauta da relevância estratégica que cultura, arte e comunicação possuem nos processos de desnaturalização de violências e de descolonização do pensamento: a proposta dos três novos ODS a partir de nossas realidades possui uma intrínseca relação com os princípios da comunicação para a paz e a comunicação decolonial.

Nessa perspectiva, podemos reconhecer que narrativas jornalísticas pautadas na perspectiva dos EPP em convergência com princípios decoloniais podem reorientar e transformar a percepção social e a agência das pessoas na medida em que conseguem fraturar enquadramentos dedicados ao silenciamento e ao apagamento histórico de saberes dissidentes. Conforme apontava Said (2005, p. 86), “os discursos universalizantes da Europa e Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não europeu”. Nessa perspectiva, quando nos apropriamos de uma agenda global de governança cuja narrativa legitima o conhecimento ocidental e torna opacos os saberes plurais dos povos não europeus e ressignificamos sua aplicabilidade em nossos territórios a partir de nossas distintas realidades do Sul global (que não se resume a um Sul geográfico), entendemos que aí se abrem possibilidades para uma comunicação que transgride narrativas hegemônicas e fratura enquadramentos colonizadores.

⁷ No original: “[...] communication become a transformative vector capable of generating structural modifications on the overall cultural base of a society or civilization. This idea is based on the understanding that any change in social, economic, or political paradigms requires a change in the vision of reality. The SDG is, in fact, this emerging paradigm that advocates a change in culture, enabling transformations through new imaginaries of society”.

Nessa linha de pensamento, Lara (2022, p. 37-38) aponta que

[...]a perspectiva proposta pela Comunicação-Decolonialidade incita uma reconfiguração identitária e de resgate da memória e história das ideias para recuperar a capacidade de *ser-conhecer e poder-fazer* circular outras formas de conhecimento, paradigmas e autores outros, ou seja, de construir campos de apelação do que é próprio por meio de processos de resistência, apropriações, hibridizações e transculturações que possibilitem uma autêntica pluralidade de saberes com outras tradições intelectuais, tanto do Sul como do Norte global, e por onde a ressignificação das bases conceituais nas quais se atue, como parte de uma necessidade política, ética e histórica.

Desse modo, observa-se pontos de convergência entre a perspectiva da comunicação decolonial e a comunicação para a paz na medida em que ambas valorizam processos de resistências e apropriações de narrativas que importam e impactam as realidades dos povos colonizados. Na perspectiva de Arévalo Salinas (2014), a comunicação para a paz deve pressupor a compreensão de problemas de âmbito estrutural, o debate sobre alternativas de mudança social, considerar a diversidade de opiniões, crenças e percepções e culturas, além de fomentar a cidadania ativa e indignada. Nesse sentido, a produção do *Guia Agenda 2030* revela um processo de apropriação de narrativas universalizantes, mas que foram tensionadas a partir de uma construção coletiva de comunicação e educação voltada para atender as comunidades e as necessidades de nossa região e a esses princípios mencionados.

De modo complementar, tomando como base as reflexões de Torrico Villanueva (2019, p. 96), o processo de comunicação decolonial pressupõe a produção de novos sentidos, visibilizando a reprodução de hierarquias e assimetrias que são fruto de um passado colonial de nossos territórios e culturas, e dando lugar a novas significações a partir de novos referenciais que apresentam distintas respostas para distintos problemas. Nossa realidade socioeconômica, política e cultural enquanto países do Sul global demanda por soluções a problemas que são urgentes em nossos territórios, portanto, requer uma comunicação que visibilize tais contextos e que agregue outros conhecimentos para superar paradigmas colonizadores.

Referências

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. **TED Talk**, jul. 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 22 nov. 2023.

AMARAL, M. E. P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.

ARÉVALO SALINAS, A. I. Periodismo y comunicación para la paz: indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

_____.; FARNÉ, A. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. *Cultura, Lenguaje y Representación*, Espanha, v. 15, p. 11- 19, 2016. BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARROS, T. A.; NÓBREGA, I. C. S. Narrativas de violência contra transsexuais e travestis na cobertura de telejornais. **Movendo Ideias**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 69-78, 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, R.; GEHRE GALVÃO, T. (Orgs.). **Guia Agenda 2030**. São Paulo: UNESP, 2020. Disponível em: <<https://www.guiaagenda2030.org>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CABRAL, R.; GEHRE GALVÃO, T. Reimagining the UN 2030 Agenda by Connecting the SDG to Culture, Art and Communication. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 44-59, 2022.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2017. DOI: 10.30962/ec.1371.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

_____.; GROSGOQUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 9-23. (Serie Encuentros.)

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, B. S. N. América Latina por uma epistemologia decolonial da comunicação. **Cadernos Prolam/USP- Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 46-74, 2020.

_____. Contribuições, limites e possibilidades latino-americanas para as ciências da comunicação. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 22, p. 41-60, 2021.

FELTRIN, D. S. *et al.* Agenda 2030 e comunicação para paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica. In: PELÚCIO, L.; CABRAL, R. (Orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 67-88.

FERREIRA, R. Como a mídia reproduz a violência. **Blog Poder 360**, on-line, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniaio/como-a-midia-reproduz-a-violencia>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167- 191, 1969.

_____. Peace Journalism as an Ethical Challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GIRÓ, X. El periodismo es un actor en el conflicto: Xavier Giró. Entrevista concedida a Luis Daniel Nava. **Amapola: Periodismo Transgresor**, 1 ago. 2022. Disponível em: <<https://amapolaperiodismo.com/2022/08/01/el-periodismo-es-un-actor-en-el-conflicto-xavier-giro/>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GÓES, J. C. O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontro. In: PELÚCIO, L.; CABRAL, R. (Orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 125-139.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

LARA, E. C. Hacia la comunicación (en) clave decolonial: acercamientos y articulaciones. In: SARDINHA, A. C. *et al.* (Orgs.). **Decolonialidade, comunicação e cultura**. Macapá: UNIFAP, 2022. p. 33-47.

LIMA, M. C. O humanismo crítico de Edward W. Said. In: TOLEDO, A. (Org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 83-103.

MACHADO, N. V.; COELHO, T. F. Maternidades negras na cobertura jornalística digital e possibilidades de fuga das imagens de controle. **Fronteiras: Estudos midiáticos**, v. 24, p. 52-66, 2022.

MARTÍNEZ GUZMÁN, V. Filosofia e investigação para a paz. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Coimbra, v. 71, p. 43-62, 2005.

MIGNOLO, W. D. **La colonialidad**: la cara oculta de la modernidad. Catalog of Museum Exhibit: Modernologies, Barcelona, p. 39-49, 2009.

MONDZAIN, M. J. **A imagem pode matar?**. Lisboa: Nova Veja, 2009.

NOS ALDÁS, E. **Comunicación transgresora de cambio social**. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. (Colección Sur Sur.) Disponível em: < <https://encurtador.com.br/lwzHZ> >. Acesso em 25 jul. 2023.

RINCÓN, O. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2018.

RUIZ, E. E.; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, M. I. El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Madrid, v. 17, p. 175-189, 2012.

SAID, E. W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

_____; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRICO VILLANUEVA, E. Descolonizar la Comunicación. In. CABALLERO, F. S.; MALDONADO, C. (Coord.). **Comunicación, Decolonialidad y Buen Vivir**. Quito: Ediciones Ciespal, 2016. p. 95-111.

_____. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89- 107, 2019.

_____. **Comunicación (re)humanizadora: Ruta decolonial**. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho do estudo

Diuan Feltrin e Raquel Cabral

Aquisição, análise ou interpretação dos dados

Diuan Feltrin e Raquel Cabral

Redação do manuscrito

Diuan Feltrin e Raquel Cabral

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Raquel Cabral

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo é resultante do projeto de pesquisa de doutorado “A comunicação na Agenda 2030 a partir de uma perspectiva Sul Global”, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru (SP).

Fontes de financiamento

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/07502-0.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

V Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP), 2023, Foz do Iguaçu (PR), sem publicação em anais.

Agradecimentos/Contribuições adicionais:

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).